

A Agricultura Familiar nos Fronteiras de Colômbia e da Transmunição:



2. A diversidade e a coerência social das relações com as coisas materiais

A Agricultura Familiar nas Frentes de Colonização da Transamazônica: ensaio crítico sobre as abordagens agroeconômicas¹

Gérard Roy

Rua Oscar Freire, 2595, ap. 72/05409-012 São Paulo-SP dincao.mc@sti.com.br

Resumo:

A agricultura familiar nas frentes de colonização da Transamazônica começa a adquirir direito de cidadania, depois de trinta anos de violentas lutas e atestados pela multiplicidade dos programas de intervenção a ela dirigidos por ONG's e pelo Estado. Qual a eficácia desses programas? Importa aqui saber sobre qual forma de existência da agricultura familiar eles são construídos, tendo em vista sua adequação às formas de existência concreta da agricultura familiar praticada pelos agricultores. A análise crítica dos programas revela que eles são construídos sobre a pressuposição da existência do agricultor familiar de mercado. A observação atenta da prática dos agricultores mostra uma realidade mais complexa: ao lado dos produtores de mercado no sentido estrito, existe uma quantidade importante de agricultores cuja atividade de produção, mesmo estando ligada ao mercado, é orientada para a reprodução da família e não para o lucro. Esta distinção é de grande importância teórica e prática do ponto de vista da concepção das políticas agrícolas, de sua eficácia e da comunicação entre agentes de intervenção e agricultores.

Palavras-chave: Amazônia oriental, agriculturas familiares de mercado, agricultura de reprodução familiar, programas de pesquisa e intervenção, comunicação técnicos-agricultores.

¹ Este texto é parte dos resultados de pesquisas realizadas por Gérard Roy e Maria Conceição D'Inácio no interior dos Programas de Cooperação Internacional: ORSTOM/CNPq/UNICAMP - 1993 a 1994 - e ORSTOM/CNPq/MPEG - 1995 a 1998. Maria Conceição D'Inácio colabora, neste texto, com a reconstrução dos dois casos típicos de agricultores que informam a análise do autor.

Abstract:

After 30 years of harsh struggle, family farming is gradually becoming established in settlement areas of the Transamazonica road. This is made clear by the existence of numerous development programs carried out by both ONGs and public organizations. How efficient are these programs? It is important to know on what type(s) of family farming concerns they are based and how these relate to the type(s) of lives the farmers and their families are actually living. A critical analysis of these programs reveals that they assume that family farming targets market objectives. A more careful observation shows a more complex reality. Besides true «market (oriented) farmers», a fair number of farmers exist whose productive activity, albeit linked to the market, is aimed at subsistence needs rather than making a profit. This distinction is of great importance both theoretically and practically for the development of appropriate agricultural policies and the effective communication between aid agents and the farmers.

Key words: Eastern Amazonia, market family farming, subsistence farming, research and aid programs, communication between aid-agents and farmers.

Résumé:

L'agriculture familiale commence à acquérir droit de cité sur les fronts de colonisation de la Transamazonienne, après trois décennies d'âpres luttes. En témoigne la multiplicité des programmes d'intervention à son intention, tant de la part des ONGs que de l'Etat. Mais de quelle agriculture familiale s'agit-il dans ces programmes?

La pertinence de cette question réside d'une part, dans la distinction aujourd'hui classique entre différents modèles d'exploitations familiales en fonction du degré d'intégration de l'agriculture à l'économie de marché, et d'autre part, dans la présence de familles paysannes d'origines géographiques diverses sur les fronts d'expansion, hétérogènes du point de vue de leur histoire économique et sociale, et donc de leurs pratiques (relation à l'activité de production et au produit). Il importe donc de savoir sur quelle(s) forme(s) d'existence de l'agriculture familiale sont construits les programmes d'intervention au regard de la forme (ou des formes) d'existence concrète de l'agriculture familiale pratiquée par les agriculteurs.

L'analyse critique des programmes révèle qu'ils impliquent l'existence de l'agriculteur familial ou de l'entrepreneur familial de marché. L'observation attentive de la pratique des agriculteurs montre une réalité plus complexe: aux cotés de producteurs de marché au sens strict, existe une quantité importante d'agriculteurs dont l'activité de production, tout en étant liée au marché, est orientée sur la reproduction de la famille et non le profit. C'est le cas de la grande majorité des familles originaires du Nord-Est, par opposition à celles venant du Sud et Centre Sud. Cette distinction est d'une grande importance théorique et pratique du point de vue de la conception des politiques agricoles et de leur efficacité, et de la communication entre techniciens et agriculteurs.

L'argumentation critique s'appuie d'une part, sur l'examen des travaux scientifiques de l'équipe de recherche LASAT (Laboratório Sócio-Agrônômico do Tocantins do Centro Agro-ambiental do Tocantins) et sur ceux d'une entreprise de recherche d'Etat, l'EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), et d'autre part, sur l'observation et l'analyse d'agriculteurs familiaux exemplaires au sein d'un « assentamento » de réforme agraire, sur le front de colonisation de Marabá (Pará).

Mots-clefs: Amazonie orientale, agricultures familiales de marché, agriculture de reproduction familiale – programmes de recherche et intervention, communication techniciens-agriculteurs.

Introdução

Parece que o direito à existência da agricultura familiar nas frentes de colonização da Transamazônica está, enfim, reconhecido. Nas últimas três décadas, que viram essas frentes se abrirem, não havia oposição declarada à instalação dessas milhares de famílias vindas do Sul, do Centro-Sul e do Nordeste, sobre seus lotes de terra. Desde os anos 70 o governo do regime militar tinha mesmo planejado sua implantação em programas ambiciosos.

Na realidade, o espaço-fronteira se tornaria o palco de um processo de mudança não dirigida, que não permitiria a um número significativo de famílias consolidar sua presença sobre essas terras. Uma tendência se desenvolveria no sentido da concentração da terra nas mãos de grandes ou médios fazendeiros, em prejuízo desses primeiros formadores de pastagens que acabariam perseguindo, mais adiante essa mesma atividade. Um processo que afetaria, principalmente, as famílias oriundas do Nordeste, com tradições de enraizamento mais precárias.

O impulso para modificar a tendência não veio de um Estado que se mostrasse desejoso de suavizar o processo, interessado em salvaguardar o bem-estar dessas populações. Durante o final do regime autoritário, é a Igreja, na sua fração progressista, que toma parte determinante na tarefa, colocando-se como defensora incondicional e principal responsável pela sorte das famílias. Sua ação tornou-se, no período da transição democrática, o fermento de uma reestruturação dos sindicatos de trabalhadores rurais, em continuidade com o apoio dado às lutas pelo acesso das famílias à terra. E de uma mobilização da sociedade civil nacional e internacional pelo provimento, em meios financeiros e pesquisadores engajados, da empresa de consolidação das mesmas famílias. Tais estruturação e essa mobilização não deixaram de interrogar o Estado federal, regional ou local e de pressioná-lo a sair de seu papel maior de gestor dos interesses dominantes, interessando-se pela sorte dessas milhares de famílias em busca de um cidadania econômica, política e social.

Nas duas últimas décadas, as iniciativas na intenção da agricultura familiar foram multiplicadas, tanto do lado da sociedade civil, através das ONG's, como da parte do Estado – apesar deste não ter assumido até agora o necessário papel dirigente do conjunto das iniciativas, pela implementação do que deveria ser uma grande política de intervenção. Instituições como o CAT (Centro Agroambiental do Tocantins), na região de Marabá e o LAET (Laboratório Agroambiental da Transamazônica), na de Altamira, testemunham, entre outras, a vitalidade da presença da sociedade civil nacional e

internacional no conjunto dessas iniciativas, reunindo pesquisadores, técnicos e diferentes organizações no seio de grandes programas de assessoria ao desenvolvimento desses pequenos agricultores. E envolvendo instituições estatais, como a UFPA (Universidade Federal do Pará). Enquanto que, do lado do Estado, assiste-se ao surgimento de múltiplos programas implementando serviços técnicos e assegurando a participação nas instâncias de representação política desses agricultores e das municipalidades. É difícil mesmo enumerar todos esses programas: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (PROCERA), Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Extrativismo (PRODEX), Fundo Constitucional de Financiamento da Região Norte (FNO-especial), Plano de Educação Profissional do Estado do Pará (PEP), Projeto de Execução Descentralizada (PED) etc.. Muito recentemente, um novo passo anunciou a possibilidade de uma política mais integrada, implicando igualmente as ONG's, com um programa experimental de instância federal, de assessoria técnica descentralizada aos agricultores das áreas de assentamento rural – 1997: o LUMIAR².

É em meio a essa efervescência que surge a preocupação com a eficácia dos diferentes caminhos da ação para o desenvolvimento da agricultura familiar: qual a adequação desses esforços à singularidade da maneira de produzir das diferentes famílias presentes nessas frentes de colonização?

Sabe-se que, em situação de democracia liberal repousando sobre a economia de mercado, é para a fortificação da agricultura familiar de mercado que convergem todas essas intervenções. O que postulam, igual e necessariamente, as organizações dos agricultores, inclusive os sindicatos. É o que explica, de um lado, o objetivo de cada uma das pessoas envolvidas nesses programas: a constituição do proprietário parcelar moderno, membro de associações, de sindicatos, de cooperativas e cidadão de um Estado democrático. De outro lado, a estruturação desses programas, de acordo com a orientação fundamental, em torno das questões da obtenção e atribuição de recursos monetários e da assistência técnica descentralizada – sem esquecer as infra-estruturas, visando aumentar as capacidades de produção e as rendas monetárias, para que o bem-estar dessas famílias seja assegurado.

Todavia, deixando o campo dos objetivos e dos caminhos percorridos por esses programas, para observar o que se passa na realidade das regiões e localidades onde se desenvolve a prática de seus agentes – os atores de desenvolvimento – constata-se uma situação inquietante.

²O LUMIAR é um programa realizado pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), como parte da resposta que o Governo Federal procura dar às demandas do MST (Movimento dos Sem Terra) por assessoria aos assentamentos rurais.

Em diferentes níveis, ressoa a voz forte dos sindicalistas e espalham-se as queixas dos agricultores sobre o caráter caótico das modalidades de implementação dos programas do Estado. Denuncia-se os programas de crédito, o FNO por exemplo, desacompanhado da necessária assessoria técnica, assim como os programas de assessoria técnica, o LUMIAR por exemplo, desacompanhados de créditos. Critica-se a improvisação dos programas que escalonam no tempo a atribuição de meios normalmente utilizados de forma concentrada, esgotando os esforços dos agricultores numa espécie de aventura sem amanhã, como o PED. Lamenta-se a presença esporádica dos técnicos de campo, no caso do PEP. E vê-se a mão da “política” em todas essas intervenções não sistemáticas e não coordenadas.

Finalmente, o rumor “camponês” interroga, impotente, o jogo da política no funcionamento das organizações, sejam elas sindicatos, associações ou cooperativas. Uma minoria é denunciada por apropriar-se dos recursos vindos de fora em detrimento da maioria, através do jogo conjugado de prefeitos e alguns pequenos notáveis locais. As relações de clientela se recriam no interior dessas instituições formalmente democráticas (D’Incao, 1997).

Por outro lado, o campo não se agita apenas das constatações dos agricultores: eles mesmos são o alvo de críticas veementes. Não todos, já que os oriundos do Sul e Centro-Sul são poupados. O alvo são os nordestinos, os *sertanejos*. Interroga-se, a propósito deles, a utilidade de uma política de crédito combinada com a proposição de novas tecnologias e assistência técnica, a partir de observações interpretadas de maneira trivial. Uma parte importante das famílias nordestinas utilizaria o dinheiro emprestado para fins estrangeiros a seu propósito, para cobrir despesas do cotidiano, por exemplo, ou para comprar preferentemente gado. É um gado que não seria cuidado de acordo com a lógica do investimento e da elevação do produto bruto, garantindo o pagamento da dívida contraída com as instituições financeiras. O crédito seria, portanto, desviado de suas finalidades, reforçando a histórica tendência a se julgar esses agricultores mais preocupados em consumir do que em produzir e incapazes de gerir corretamente seus cultivos – “maus trabalhadores, péssimos agricultores, indivíduos sem raízes, sem apego à terra, verdadeiros nômades” (Seyfert, 1985, citado por Vieira, 1990). Uma “visão depreciativa incorporada por funcionários dos órgãos públicos ligados à questão fundiária, membros das camadas altas e médias dos centros urbanos e mesmo lavradores com outra tradição, originários, por exemplo, do Sul” (Vieira, 1990).

Face a essa situação, os sindicalistas mais esclarecidos são levados a interrogar os pesquisadores e suas análises e diagnósticos, que orientam as linhas de ação dos programas em curso. O que reabre, muitas vezes, nos casos analisados, antigos conflitos teórico- ideológicos entre pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento – agrônomos e veterinários contra sociólogos, – e suscita a revisão de seus princípios metodológicos e analíticos, quase sempre na direção do maior conhecimento da realidade desses agricultores. (D'Incao, 1998).

Acredita-se que ao privilegiar a política da elevação da renda e do crédito, acaba-se deixando de lado um componente fundamental dos sistemas de produção desses agricultores: a importância da subsistência na economia familiar, não obstante sua combinação obrigatória com uma atividade mercantil de caráter singular. E pergunta-se até que ponto os agrônomos e veterinários não deveriam estar mais atentos a essa questão, ajudando a programar o conjunto das atividades no seio das unidades de produção, visando atender ao objetivo da transformação desses agricultores em produtores parcelares modernos (Roy, 1998).

A presente reflexão centra a atenção menos nas críticas feitas sobre as modalidades da implementação desses programas que na política agrícola sobre a qual eles são construídos. Procura juntar a crítica da utilização "irracional" dos créditos à interrogação sindical a propósito das análises da agricultura familiar e das propostas de intervenção que delas decorrem. Trata-se, num primeiro momento, de demonstrar que as análises dos pesquisadores são construídas sobre uma representação do conjunto dos agricultores que lhes confere a existência de agricultores de mercado para, num segundo momento, examinar a adequação ou inadequação dessa representação à realidade dos mesmos, de modo a chegar na proposta de um trabalho de elaboração de políticas de intervenção diferenciadas em razão dos tipos de agricultura familiar e de agricultores observados.

1. Representações subjacentes nas análises dos pesquisadores agrônomos

As políticas de intervenção são claras a propósito do objetivo geral que perseguem: trata-se de desenvolver, no seio das coletividades de agricultores familiares, a agricultura de mercado. Isso aparece, por exemplo, nas intenções expressadas pelo LASAT (Laboratório Sócio-Agrônomo do Tocantins³), quando declara "visar participar da implantação de uma economia familiar forte, colocando em prática sistemas de exploração estáveis e

³O LASAT é um centro de pesquisa ligado ao CAT e voltado para a assessoria ao desenvolvimento dos agricultores familiares da microrregião de Marabá.

reprodutíveis, a partir de uma colaboração estreita entre pesquisadores e camponeses organizados” (Muchagata *et al.*, 1994). De seu lado, o LUMIAR anuncia “o objetivo geral de viabilizar os assentamentos tornando-os unidades de produção estruturadas, inseridas de forma competitiva no processo de produção, voltadas para o mercado e integradas à dinâmica do desenvolvimento municipal e regional” (Projeto LUMIAR, 1997). E, finalmente, a ambição dos pesquisadores da EMBRAPA voltados para a agricultura familiar afirma-se como a do desenvolvimento de uma intensificação na maneira de produzir, pelo recurso crescente à tecnologia e aos insumos modernos (Veiga *et al.*, 1996 e Walker *et al.*, 1997).

O propósito desse primeiro momento de reflexão é mostrar que as análises, as propostas de intervenção e as práticas da comunicação entre pesquisadores e agricultores-criadores são construídas sobre uma forma de existência dos agricultores familiares que os pressupõe produtores de mercado. No sentido exato do termo, isto é, o do produtor que trabalha, principal mas não exclusivamente, para o mercado, e cujo objetivo da atividade de produção é o aumento da renda bruta procedente da venda, tendo em vista compras que se repartem essencialmente em dois registros: o dos meios de produção e o dos produtos consumidos pela família do produtor, o produtor tornando-se comprador para aumentar sua capacidade de produção.

Para demonstrar essa afirmação, será feita uma leitura crítica, de um lado, das análises do LASAT referentes a microrregião de Marabá, sintetizadas no livro “Agriculturas familiares e desenvolvimento em frente pioneira amazônica” (Reynal *et al.*, 1997). E, de outro lado, de dois textos da EMBRAPA referentes à microrregião de Altamira: “A pecuária na fronteira agrícola amazônica: o caso do Município de Uruará na região da Transamazônica” (Veiga *et al.*, 1996) e “As contradições do processo de desenvolvimento agrícola na Transamazônica” (Walker *et al.*, 1997).

1.1. Os estudos do LASAT na região de Marabá

Analisando a situação dos agricultores familiares presentes no interior das coletividades rurais da microrregião de Marabá, o LASAT constata que sua história recente revela que estão presos num movimento de reprodução familiar e de acumulação que se acompanha, num tempo mais ou menos longo, do esgotamento da matéria prima – a terra na sua substância floresta e pastagem. De tal modo que eles são levados a vender essa terra e a comprar uma de maior extensão e mais distante, avançando a fronteira, afim de recomeçar de maneira ampliada o mesmo processo de reprodução e de acumulação.

As coletividades, observadas num dado momento, permitiram constatar a presença de famílias que se situam, umas em relação às outras, em níveis diferentes da acumulação dos meios de produção que os agrônomos qualificam, indiferenciadamente, de patrimônio ou de "capital de produção". Com base no que estabelecem uma tipologia dos estabelecimentos familiares na qual o plantel de gado é um indicador fundamental, em correlação com a intensidade do desmatamento – ou em consequência da maior ou menor disponibilidade de terras de cultura e do maior ou menor avanço das superfícies de pastagens. Essa tipologia distingue três momentos principais vividos pelos agricultores: floresta – roça, floresta – roça – pastagem, e simplesmente pastagem. E para cada um dos grupos de agricultores referentes a esses momentos, os agrônomos propõem intervenções diferentes na perspectiva comum do aumento da renda obtida nos seus respectivos lotes, visando romper o mencionado processo de reprodução – acumulação – evasão: a valorização dos produtos, a diversificação da produção e a especialização da pecuária.

Essa política centrada sobre o princípio do aumento da renda bruta do produtor explica-se pela interpretação que o LASAT faz desse sistema de produção que contém o deslocamento do agricultor familiar. Destituído de "capital de produção", o produtor "escolhe" o caminho do esgotamento da terra, permitido pela situação de fronteira e pela valorização da terra no mercado, para acumular o capital que lhe falta. Tudo leva a crer que, dando-lhe os meios de acumular sobre seu lote o capital buscado nesses deslocamentos, o produtor tenderia a permanecer sobre o mesmo. Com efeito, essa política da renda revela a pressuposição da existência dos meios de produção enquanto dinheiro – capital, isto é, enquanto dinheiro para investimento na produção tendo em vista o lucro. Pressuposição que explica a referida tipologia como mera configuração da posição dos diferentes produtores numa hierarquia de agricultores de mercado. Isto é, de agricultores que, por definição, têm a mesma relação com a atividade de produção e com os produtos: aquela do produtor de mercado, mediada pelo valor de troca.

A questão que se coloca então, é a de saber se essa interpretação corresponde à realidade desses agricultores. Se os meios de produção buscados existem, para todos eles, enquanto dinheiro-capital. Se não seria necessário observar nas coletividades a presença de produtores diferentes deste ponto de vista, de modo a poder verificar se alguns são empresários ou agricultores familiares de mercado, enquanto outros têm uma prática que não corresponde à lógica de mercado, precisamente aqueles que mais facilmente se deslocam. Para esses últimos não existiria uma forma de existência

do dinheiro diferente daquela do dinheiro-capital? Diante desse fato, estar-se-ia autorizado a construir essa tipologia que supõe a mencionada homogeneidade entre os diferentes tipos de produtores? E as políticas de intervenção, agrícola e de comunicação, não deveriam ser diferentes em relação a uns e outros?

1.2. Os estudos da EMBRAPA na região de Altamira

Os estudos da EMBRAPA abordam, de um lado, o município de Uruará (Veiga et al, 1996) e, de outro, os municípios de Altamira, Medicilândia e Rurópolis-Uruará (Walker et al, 1997). O primeiro restringe seu objeto à análise dos sistemas de produção e o segundo estende seu campo de investigação no sentido da caracterização dos produtores conforme determinados indicadores de progresso: nível de bem-estar e processo de acumulação, padrão habitacional, padrão tecnológico, etc.. Ambos fazem referência ao método de análise dos estudos de sistemas de produção como essencial “quando se pretende desenvolver um programa de pesquisa-desenvolvimento para a agricultura de uma região” (Veiga et al, 1996).

No primeiro texto são observadas diferenças sócio-econômicas “marcantes” no uso da terra, em função da origem dos migrantes. As enquetes revelam que cerca da metade dos migrantes são originários do Nordeste, enquanto a outra metade se divide entre originários do Sul e Centro-Sul. Dentre aqueles predominam a lavoura branca e o gado, enquanto que as culturas perenes – café, cacau, pimenta do reino – ocupam superfícies mínimas que praticamente podem ser desconsideradas. Em troca, culturas perenes e gado predominam entre esses últimos, sendo as lavouras brancas de quase nenhuma importância. A investigação conduz a uma tipologia que coloca evidente a existência de três sistemas de produção, no interior dos quais uma análise mais fina distingue nove sub-tipos. Os três grandes grupos de produtores “se diferenciam principalmente em função das características dos ‘componentes’ pecuária, culturas perenes e lavoura branca”.

Uma diferença importante é observada entre as duas categorias de migrantes, do ponto de vista de seus “recursos e conhecimentos”: a maior ou menor experiência com a maneira de produzir “intensiva” e “extensiva”, aquela, predominante entre os agricultores originários do Sul e Centro-Sul. Apesar dessas observações, os pesquisadores retomam as conclusões do segundo estudo, sobre a inexistência de “uma correlação entre a origem dos migrantes e o sucesso econômico”. Deixam de levar em conta essa distinção na classificação das famílias em função dos indicadores evocados precedentemente e criando uma permutabilidade entre elas.

É central nessa abordagem que, independentemente da diversidade de uso do solo e dos sistemas de produção, a diferença entre os agricultores se evidencia em razão da maior ou menor capitalização da exploração agrícola praticada, do maior ou menor nível de conhecimento dos agricultores e de sua maior ou menor disponibilidade de bens indicadores de bem-estar e/ou nível de vida; uma análise que reconhece a existência de diferenciação entre esses produtores, mas os situa, uns em relação aos outros, num continuum homogêneo, de tal modo que a diferença entre eles resta sempre quantitativa e nunca qualitativa – entre o produtor extensivo e o intensivo há simplesmente uma diferença de grau. O que evidencia, mais uma vez, o pressuposto de que esses agricultores têm em comum a mesma relação à atividade de produção e aos produtos: a relação que caracteriza o agricultor criador de mercado ou, sob um outro ângulo, uma relação ao mundo material mediada pelo valor de troca. Disto resulta uma política de intervenção para os “extensivos” construída sobre o argumento da elevação da renda bruta, ou do produto bruto, pela mera combinação de dinheiro e tecnologia; uma política que traz implícito um processo de comunicação entre interventores e agricultores mediado, ele mesmo, pelo valor de troca.

A questão colocada aqui é, portanto, a mesma levantada a propósito do LASAT. Tem fundamento na realidade o pressuposto de que esses agricultores seriam homogêneos do ponto de vista de sua relação à atividade de produção e ao seu produto?

Acredita-se que, uma observação mais atenta, conduziria a outra classificação, distinguindo, de um lado, empresários familiares e agricultores familiares de mercado e, de outro, agricultores familiares que freqüentam o mercado, mas cuja atividade de produção se orienta para a reprodução da família (Lamarche, 1991) e tem, portanto, finalidades diferentes daquelas dos agricultores de mercado no seu sentido estrito. Dentro dessa distinção fundamental poderiam ser estabelecidas categorias de sistemas de produção, com conseqüências importantes sobre as políticas de intervenção – estratégias diferenciadas da política agrícola e da comunicação entre interventores e agricultores. Nessa perspectiva de análise, os métodos de pesquisa em questão deveriam ser interrogados.

2. As agriculturas familiares e os agricultores das terras de colonização

Não resta dúvida que existem, nas frentes de colonização estudadas pelo LASAT e pela EMBRAPA, agricultores familiares que correspondem ao perfil inferido dessas análises. Eles são, em geral, originários do Sul e

Centro-Sul, só raramente do Nordeste. E são maiores ou menores, sendo que o LASAT refere-se àqueles como uma minoria de “criadores dinâmicos” ou “mutantes potenciais” (Reynal, 1997), enquanto a EMBRAPA fala em “ilhas de eficiência” (Walker *et al.*, 1997). Mas não se pode confundir esses agricultores com uma outra categoria originária predominantemente do Nordeste, também diferenciada em maiores e menores. Essa duas categorias são distintas, em especial, na relação que seus respectivos agricultores estabelecem com a atividade de produção e com os seus produtos.

Toma-se aqui o exemplo de dois agricultores, cuja atividade de produção foi observada no seio de uma coletividade de formação recente – 1984 – na microrregião de Marabá: a Consulta .(PA Veneza / INCRA). O primeiro, originário do Centro-Sul, é representativo de uma minoria de empresários familiares, enquanto o segundo, originário do Nordeste, representa um “caso bem-sucedido” na maioria de agricultores-criadores cuja atividade é orientada para a reprodução da própria família.

Nas tipologias do LASAT e da EMBRAPA, ambos ocupariam uma posição confortável no ápice da classificação. Um mais capitalizado e portador de maior conhecimento, outro menos capitalizado e menos experiente; um produtor mais intensivo, outro mais extensivo, mas os dois colocados numa hierarquia construída por critérios puramente quantitativos . É o que se pretende estar questionando , pela reconstrução de seus diferentes universos do ponto de vista da produção.

2.1. Alair: um empresário familiar

Alair tem cerca de 50 anos e chegou na Consulta *no segundo ano da invasão*, por volta de 1985, comprando *três lotinhos... do grileiro e do posseiro*, que somavam 83 ha de terra em mata e que, em 1993, *já está tudo verde, tudo gramado*. Atualmente já ampliou sua área para 135 ha aproximadamente. Nasceu em Minas Gerais, de onde partiu aos 17 anos, *porque a terra tinha ficado muito pequena*. Vai primeiro para São Paulo, onde se emprega na construção civil. Volta ao campo indo para uma fazenda de criação de gado no Mato Grosso, onde chega a ser gerente. Mas, *como o peão não tem nenhum dia de seu que é seu*, ele seguiu para Marabá (Pará) – *para ver se conseguia chegar numa posição de vida*.

Ali chegando, trabalhou *dois anos de roceiro*, cultivando *terras alheias*, até que recebeu uma proposta de trabalhar como motorista de caminhão. Tinha, na época, 35 anos. Logo consegue comprar *um caminhão velho*, com o dinheiro obtido na venda do último arroz produzido – 15 por cento do valor do caminhão – e a *ajuda do patrão*, que lhe avança o resto do dinheiro, como antecipação de seu salário.

Alair paga o caminhão *naquela mesma safra* – 1975 – e é como começa a ter uma condição, porque *desse dia em diante não trabalhei mais para ninguém*. Inicialmente, porque já podia negociar em melhores condições o trabalho de extração de árvores que vinha fazendo, mesmo dependendo do patrão para o financiamento das despesas do caminhão e para a manutenção dos 25 a 30 trabalhadores que administrava. E, em seguida, porque passou a trabalhar de empreiteiro por conta própria, contratando até 30 trabalhadores, financiando suas próprias despesas e entregando a madeira diretamente na madeireira.

Quando pensou em comprar terra na Consulta, tinha dois caminhões, mas a madeira começava a se tornar escassa nas imediações e a idéia de mudar-se para as novas áreas de exploração não o atraía: tinha tido 21 *malárias* e já começava a se sentir frágil. Nesse tempo já estava casado e morava em casa própria com a família – a mulher e três filhos pequenos – em Marabá, onde possuía mais uma casa, alugada. Começava a reunir um pequeno rebanho – 100 cabeças de gado – e com a venda de um dos caminhões e *mais umas reservas*, consegue comprar os primeiros lotes – 83 ha – e dar início ao processo de formação das pastagens.

Relata esse processo como quem domina perfeitamente as regras da produção mercantil. Começa explicando que, desde o início, tinha claro que não ia fazer qualquer investimento em *roça*. Argumenta que não tem saúde nem filhos para trabalhar e se tivesse que pagar diaristas para cultivar arroz, não atingiria *nenhum fim lucrativo*, mas evolui para uma explicação sobre a inviabilidade daqueles que por falta de recursos têm de *ficar só na roça* e acabam fazendo *só para comer ... porque o retorno da roça é muito pouco*. No início aproveitava as áreas queimadas ano a ano, para cultivar um pouco de arroz para o consumo da família antes de *botar a semente do capim*. Mas logo percebeu que *o milho fica mais barato porque dá menos trabalho e ajuda na despesa com as galinhas e os porcos pra família*, além do que os cavalos, utilizados nas lides do gado – *precisam de um reforço de ração... principalmente na época da seca... quando os pastos ficam mais fracos*.

A propósito do arroz, acabou concluindo que se aproveitasse o dinheiro investido na produção para comprar, na safra, o necessário para a sua despesa, correria menos risco e gastaria a mesma coisa. Continua desenvolvendo esse cálculo que procura adaptar à situação em que vive. Adquire, em troca de algumas cabeças de gado, uma máquina de beneficiar arroz de um vizinho sem recursos para alguns reparos que se faziam necessários e coloca-a a *serviço da comunidade*. A partir daí, não apenas obtém o arroz necessário para sua despesa, como para vender. Cobrando, em espécie, 20 por cento do arroz beneficiado e atendendo, com esse serviço, quase toda a vizinhança.

Avaliando o custo da formação das pastagens, *caríssimo no primeiro ano de produção*, entendeu logo que precisaria organizar um sistema de produção que se auto-financiasse e que lhe permitisse continuar mantendo a família sem ter de recorrer à venda do gado disponível. Um sistema que lhe desse *um retorno rápido*. Continuava, é certo, *trabalhando na cidade* com o outro caminhão, mas isso não bastava. Decidiu-se então pela produção de leite, trocando seu gado nelore por *gado de leite*, na base de 3 por 1, o que também o *desapertava*, no momento em que começava a formar suas pastagens e havia necessidade de alugar pastos para parte de seu rebanho.

Para a venda do leite, também se organiza de modo a tirar o maior proveito possível dos meios disponíveis. Troca o seu segundo caminhão por uma caminhonete – recebendo um retorno – e começa a recolher e transportar para Marabá, o leite dos pequenos produtores vizinhos, de modo a poder financiar a despesa que teria com o transporte de seu próprio leite. Aumenta, com esse expediente, sua capacidade de negociação com o laticínio onde entrega a totalidade do leite transportado diariamente.

Sua produção de leite começa com 40 e chega a 180 litros diários, O que lhe permite continuar o investimento na formação de pastagens, *sem ter que mexer no capital*. Formando, ano a ano, a pastagem necessária – *um alqueire, dois alqueires* – para alimentar os bezerros que iam nascendo em cada safra. De tal modo que, quando inicia a venda dos bezerros machos, já pode lançar mão do dinheiro obtido para ir comprando mais terra, aproveitando as oportunidades que surgiam nas imediações e fazendo trocas para assegurar a contigüidade dos diferentes lotes adquiridos.

É no momento em que vende o segundo caminhão e empreende a venda do leite, que se muda com a família para a Consulta. Alugando a casa em que morava e reduzindo ainda mais os gastos com o consumo, associados aos apelos da vida na cidade: *pra você viver na cidade sem uma fonte de renda muito boa, você não agüenta*. Sua casa na Consulta é uma construção de madeira melhor do que a dos demais agricultores, sem dúvida, mas bastante modesta em matéria de móveis e utensílios domésticos, diferenciando-se da maioria, apenas, por uma antena parabólica e uma televisão.

Em 1997, ele avalia ser mais interessante vender o leite a um comprador, que começa a recolher o leite da pequena coletividade para uma usina de Marabá. E em 1998, já tendo construído curral e corredor de vacinação, faz novos projetos para seu gado: comprar uma balança para pesar os animais em sua própria terra, de modo a evitar o prejuízo da perda de peso decorrente de seu deslocamento até o matadouro.

Havia decidido comprar um trator para o cuidado das pastagens, quando lhe surgiu a oportunidade da participação em um grupo de 25 famílias que recebia um trator do PED. Mas ele quer, sobretudo, aumentar sua produção de leite, para o que compra um triturador – 1.200 reais – para produzir ração para suas 45 vacas leiteiras, que lhe vêm dando 145 litros de leite por dia. Espera elevar essa produção na base de um litro por vaca, de modo a chegar a cerca 200 litros por dia. Explica que a ração lhe permite não depender da natureza e do fogo sazonal, além de alimentar as vacas à noite. E acrescenta: *os bezerros vão ter mais saída ...vou ter vacas mais bonitas e os bezerros vão crescer mais rápido. Calcula que vai ter um pouco mais de despesas – um funcionário a mais – mas vai compensar porque vai ganhar em produtividade. E se programa para aumentar seu plantel de vacas leiteiras em dois anos: agora estou criando bois para comprar vacas. Fazer matriz de novo... Não estou mexendo mais com bois cruzados, porque os bezerros são ruins demais... não têm mercado. bagaceira no pasto. Botei boi nelore para mudar a raça. Aí não é bom de leite. Estou criando bezerros para fazer virar boi. Quando vira boi, mudo para outra raça... Juntei 50 bois que eu vou vender daqui a dois anos, para comprar matrizes. E também 60 novilhas que vão virar vacas. Eu descarto, daqui a dois anos, 30 ruins para vender. Com o preço de 50 bois e 30 vacas ruins, vou comprar 20 matrizes. Assim... eu vou ter 50 matrizes... eu quero chegar a 400 litros de leite por dia.*

Alair imagina, com esse projeto, assegurar-se uma renda anual suficiente, porque vai *ficar velho* e dificilmente poderá substituir sua renda extra vinda do cargo de vereador para o qual vem de ser eleito. Ele insiste na importância de ter uma renda que independa das variações do cotidiano: *nós temos que pensar em ter renda fixa, não depender do trabalho todo dia...o dia que eu não posso, como eu faço?...Tenho que adquirir bens que me dêem uma renda independente.*

Aproveitando o crédito para despesas de implantação, tardiamente oferecido pelo INCRA, ele começa a construir uma grande casa moderna, de 200 metros quadrados. Tem acesso a dois créditos porque tomou o cuidado de colocar parte das posses de terra compradas no seu nome e parte no nome da mulher de modo a não configurar uma presença no assentamento em desacordo com o que entende serem as regras do INCRA.

A família, para Alair, pertence à esfera de sua vida privada, que ele administra sem permitir que ela interfira nos rumos de seus empreendimentos econômicos. Interrogado sobre seus planos para a educação dos filhos, ele elabora de maneira bastante significativa essa separação da família em relação a suas atividades de produtor: *o que eu penso pra eles é o que todos*

os pais pensam...o sonho de todos os pais é estudar os filhos... (Mas) eu penso que você só pode estudar os filhos até no limite que você tenha condições, que não prejudica a sua vida... Agora, eu vou botar eles pra estudar... até no dia que eu agüentar. (Porque) o dia que for preciso eu vender um bagulho pra estudar um filho, eu não vou... Não há a menor dúvida (de que) tudo que a gente faz...é pros filhos....mas eu acho que é muito melhor... se o dia que eu morrer eu deixar alguma condição pra eles, não?

O interesse dessa descrição da trajetória de vida e da maneira como Alair conduz a sua empresa é mostrar, de um lado, como ele faz a aprendizagem da gestão capitalista do dinheiro nas atividades anteriores à sua chegada na Consulta. De outro lado, como ele administra sua produção, desde o princípio, através do “cálculo da rentabilidade comparada de diversos investimentos” (Tchayanoff, 1972) e das escolhas que dele resultam. Assim, primeiramente, ele investe em cima de pastagens, sem passar pela etapa da roça, porque considera menos caro comprar o arroz para o consumo do que produzi-lo. Avalia, depois, que, na sua situação, é mais vantajoso criar vacas leiteiras do que o gado de corte – vê no leite um retorno rápido para financiar a formação das pastagens. E, prosseguindo, aprecia as qualidades das diferentes raças do ponto de vista do mercado e calcula a vantagem de produzir a ração para as vacas, numa avaliação rigorosa dos custos suplementares em relação aos ganhos esperados. Para terminar, elabora um projeto de chegar, a médio prazo, a um plantel leiteiro mais importante, pela combinação da criação de bois que têm valor mais alto no mercado e novilhas de descarte. Toda essa sua trajetória permite ver, claramente, que sua produção é mediada pelo valor de troca e que os seus produtos são intercambiáveis em razão da sua equivalência a um valor comum: o dinheiro ou valor de troca.

2.2. Zé Mimo, um agricultor de auto-reprodução familiar em relação com o mercado

Zé Mimo chegou na Consulta em junho de 1989. Tinha 57 anos e vinha acompanhado da mulher e 8 filhos, entre pré-adolescentes e adultos. Trazia uma *sementezinha de gado*- 20 cabeças – e dinheiro para comprar *uma terrinha*. Comprou um lote de 18 alqueires (90 ha), quase totalmente em mata e, quatro anos depois, em outubro de 1993, tinha ampliado sua área para 115 ha, transformado cerca de setenta por cento dela em pastagens, reunido um rebanho de 76 cabeças de gado e ajudado a comprar nas imediações um lote de 5 alqueires para um de seus filhos já casados.

Vivia uma sensação de plena realização pessoal, depois de uma longa história de errância em *terra alheia* e de alguns anos numa *terrinha* que conseguiu comprar em Brejo Grande, no próprio Estado do Pará e distante de Marabá cerca de 150 quilômetros. E bem poderia ser apontado como um dos casos bem sucedidos da referida – e criticada – “estratégia de acumulação”.

Nascido em Colina, Estado do Maranhão, e filho de pequenos agricultores sem terra, Zé Mimo começou sua vida adulta trabalhando em terras que lhes eram cedidas, por um certo período, no sistema de aviamento ou em troca do capim plantado. No início dos anos 80, já possuidor de um pequeno rebanho na terra de um de seus irmãos e ouvindo dizer que *o governo estava dando terras*, foi ao GETAT (Grupo Executivo de Terras do Araguaia e Tocantins) pra ver *se arrumava uma terrinha pra mim com os oito filhos que tinha*. Entendeu logo que esse era um caminho incerto e como *naquele tempo o garimpo da Serra (Serra Pelada) subiu*, partiu pra lá com o intuito de *arrumar um dinheirinho pra comprar uma terra*. Mas não chegou a ganhar o suficiente. *Trabalhava pros outros e quando ganhava um dinheirinho, vinha botava uma roça e voltava ...* Até que entendeu que *o meu garimpo é a roça* e, aproveitando uma oportunidade, vendeu o gado e comprou 10 alqueires de terra próximos às de seu irmão, em Brejo Grande.

Conta que tinha guardado *uma sementezinha do gado – três gados fêmea e um garrote* e descreve em poucas palavras sua trajetória nesse primeiro lote que conseguiu comprar: *entrei pra dentro, baixei o pau a trabalhar, eu mais esses meus meninos....até que terminamos ela todinha...acabou... Mas, aí os fazendeiros... ficou um de um lado, outro do outro: ‘seu Mimo, você quer vender essa terra ?’ Aí eu (dizia que) não queria, mas pra ver se eles chegava mais um dinheirinho... e vendi. Vendi e corri... Vim pr’aqui e comprei 18 alqueires.*

Zé Mimo, que vem aumentando suas terras e seu rebanho, é, essencialmente, um agricultor de auto-reprodução familiar. Chegando na Consulta, deixa o gado – 20 cabeças – no pasto de um vizinho, ao qual paga em bezerros, e enfrenta a tarefa de fazer a roça e formar as pastagens, lançando mão do trabalho familiar: *aí eu cheguei e não botei os filhos para correr pr’aqui e pr’acolá. Eu digo, vamos agüentar aquí, vamos fazer o pasto que eu agüento a despesa ... de vocês. Não corre nenhum pra fora.*

Com a ajuda dos filhos, preparou de uma só vez 5 alqueires de pastagens. Plantando primeiramente o arroz, o milho e o feijão, para *tirar o sustento da família e vender alguma coisa*. Desta feita, diz ele, *só não deu pra plantar a mandioca, porque a gente vai (ia) fazendo o pastinho para o gado*. Mas fez uma excelente colheita de arroz e vendeu o suficiente para

cobrir as demais necessidades da família toda – *o rancho, umas roupinhas, um reforço* – até que, já no final do segundo ano, pode *tirar o gado para cá... e aí, o gadinho aumentou.*

Mesmo tendo todo o pasto formado e estando num momento em que procura *economizar a terra* (a mata) *para assegurar o sustento da família*, Zé Mimo insiste em não permitir que os filhos trabalhem fora. Divide com os casados – agora três – a área da roça e, trocando dias de serviço entre si, asseguram o mínimo necessário ao consumo da família. Quando precisa do trabalho dos filhos com as pastagens ou o gado, pagalhes em diária. Um deles, rebelando-se contra o pai, empregou-se por dois anos numa fazenda. *Mas juntou um gadinho e agora está indo pra chacrinha dele*: cinco alqueires de mata, que Zé Mimo comprou numa área um pouco mais distante da rodovia – a Transamazônica – onde a terra é mais barata. Para isso vendeu algumas cabeças de gado, dentro de um projeto em que combina a intenção de *deixar uma terrinha* para cada filho à necessidade de *economizar a terra* disponível para a roça, usando a área destinada à formação das pastagens do filho para o cultivo da roça destinada ao sustento de toda a família. No sistema habitual de uma roça para cada filho casado, do trabalho coletivo na derruba e troca de dias de trabalho nas demais etapas dos cultivos – *ele ainda está aqui com a mulher e os três filhos, mas nós já botamos roça lá.*

O filho instala-se no seu lote logo após a colheita, continuando, entretanto, a participar das trocas de trabalho no interior da família. Zé Mimo prossegue na administração do trabalho de toda a família no interior de seu lote, rejeita os apelos consumistas da cidade e a própria necessidade da educação escolarizada dos filhos: *eu boto filho pra estudar, mas é um botar desanimado...porque vejo a bagaceira que está dando no mundo* e impõe à família um dia-a-dia marcado pelo menor consumo possível e orientado para o aumento do rebanho, de onde saem os recursos para o projeto de auto-reprodução da família.

A essas alturas, duas de suas filhas mais velhas já se casaram com filhos de famílias vizinhas e partiram para os lotes de seus respectivos maridos. No seu lote moram um filho e uma filha casados e com suas respectivas famílias (o mais velho, doente), uma filha que estuda em Marabá – a única a cursar o primeiro grau completo – e uma adolescente, a mais nova. O genro e o filho o ajudam na roça e nas lides com as pastagens e o gado, enquanto as filhas e nora se organizam com a mãe para o cuidado dos pequenos animais, porcos e galinhas, as tarefas domésticas e uma ajuda na roça, nos períodos de capina e colheita.

Sob essa rígida disciplina, o gado aumenta e vai permitindo a realização do projeto da família. Em 1995, são cerca de 120 as cabeças de gado existentes no seu lote – eram 76 em 1993. Dessas Zé Mimo vende 20, entre bezerros e vacas de descarte, para a construção de sua casa – vivia até então num pequeno rancho já existente quando comprou seu lote. Com o dinheiro dessa venda consegue levantar as paredes e fazer a cobertura, aguardando a safra seguinte para os trabalhos de acabamento. Em 96, vende mais um lote de bezerros e termina a construção da casa, onde passa a morar, sem qualquer alteração de seus hábitos frugais de uma alimentação restrita e sem qualquer excesso em matéria de mobiliário ou eletrodomésticos, como costuma acontecer nas famílias mais jovens e urbanizadas. Porque sua meta é clara: aumentar o rebanho para poder comprar terra para os filhos e mais mata para a família.

Em 1997 ele dá um passo maior: compra um lote de 10 alqueires de mata para o filho casado e um de 5 alqueires para a filha e o genro que também moravam com ele, na mesma área onde comprara o do outro filho e dentro do mesmo projeto de irem fazendo juntos a roça, até que as pastagens de cada um estejam formadas. Para comprar essas terras vendeu *um lote de bezerros* no mês de junho, mas já recuperou parte, conta muito alegre, porque *de lá para cá – mês de setembro, já nasceram uns 24 ou 25 bezerros*.

Com essa última compra, Zé Mimo sente ter chegado até onde pretendia. Cinco de seus oito filhos já estão acomodados em seus respectivos lotes e considera que os três últimos – o filho mais velho e as duas filhas mais novas – poderão ficar com sua própria terra – 23 alqueires – quando ele morrer. Mesmo porque, por ora, não há urgência: as filhas ainda são solteiras e o filho mais velho *não tem cabeça* para cuidar de qualquer terra.

É difícil imaginar o rumo que dará ao seu projeto pessoal daí para a frente, com os filhos mais dispersos e comprometidos com suas próprias famílias e com o risco do possível esgotamento das pastagens – à medida que o rebanho cresce – ou das áreas de mata destinadas ao consumo. Interrogado, ele afirma que seu desejo seria mudar para uma terra maior e mais distante. Fala, com entusiasmo, de umas terras que estão sendo vendidas mais além, para onde iria se fosse mais jovem. Mas, para concluir, reflexivo: *eu vou ficar um bocadinho de tempo aqui... eu não vou viajar mais não... Eu já cansei, gente, de pelejar daqui pr'acolé... as minhas forças estão acabando, já estou velho... Eu vou ficar por aqui mesmo. Quando eu não agüentar mais, eu vendo um bezerrinho... aí eu compro a farinha lá longe... e trago pra comer*.

Essa reflexão de Zé Mimo dá um acabamento ao que se entende aqui como sendo a especificidade de sua forma de produzir, já que o gado, planejado como reserva para as eventuais necessidades da família aparece, desta feita, como garantia de suas necessidades de consumo na velhice, como uma espécie de aposentadoria.

O que ensina essa descrição, num primeiro momento de análise, é que a idéia-força da atividade de produção e reprodução de Zé Mimo é, já de início, a de *acabar com a terra*: ele transforma, com seus filhos, a floresta em campo de cultura e estes em pastagens, através de uma prática anual ou bianual que deverá chegar ao fim da floresta e ao esgotamento das pastagens, tendo como consequência a venda da terra para recomeçar mais longe o mesmo processo.

Assim procedendo, ele produz a alimentação da família – autoconsumo, separando o excedente para a venda. Ele recorre, necessariamente, ao mercado, enquanto família individualizada, para ter acesso àquilo que não produz: uma parte do dinheiro, muito pequena, vai para o *rancho* – alimentos, roupas, instrumentos de trabalho etc. – enquanto uma outra vai para os *gastos* estritamente necessários à produção – sementes, arame etc.. Mas a maior parte é destinada à compra de gado: as vacas que deverão se somar às que já tem e se reproduzir segundo as leis da natureza.

O que deve ser sublinhado aqui é, portanto, essa maneira de produzir baseada essencialmente na fertilidade natural da terra existente como natureza-floresta e na força física do trabalho familiar em cooperação: os investimentos em bens produtivos e em instrumentos de trabalho são reduzidos ao mínimo e as despesas em dinheiro, quando ocorrem, são feitas para acompanhar o trabalho da natureza física e humana. Esse agricultor-criador ajunta bens que têm valor no mercado, mas o resultado de sua venda não retorna à produção: ele é destinado à construção da casa da família, à compra de terras para os filhos e, a mais longo prazo, à segurança da velhice do agricultor.

2.3. Análise comparativa dos dois casos

Foram apresentados de maneira sucinta, o histórico de dois agricultores familiares que existem como famílias individualizadas sobre uma terra que lhes é reconhecida como de sua propriedade⁴. Os dois têm relação com o mercado – a compra e a venda. Para ambos foi considerada a existência de bens que são coisas que têm valor no mercado. E na visão dos estudos analisados – LASAT e EMBRAPA – o que os distinguiria seria a maior ou menor disponibilidade relativa de “recursos” e/ou conhecimentos adquiridos em suas

⁴Na verdade o que esses agricultores compram é a posse da terra que o INCRA distribuiu ou reconheceu aos primeiros ocupantes, no bojo de seus projetos de assentamento, e cuja propriedade deverá ser regularizada oportunamente.

trajetórias de vida: um seria mais capitalizado e outro menos, ou um teria mais experiência e outro menos, sempre numa progressão linear, quantitativa do segundo em direção ao primeiro – ou do extensivo para o intensivo.

Nessa abordagem, os dois agricultores são vistos como pertencentes a um mesmo universo mercantil capitalista – o dos agrônomos – que se caracteriza por interrelacionamento à atividade da produção e produtos mediados pelo valor de troca, assim como pela conseqüente objetivação e intercambialidade dos produtos. Daí concluir que a comunicação técnicos-pesquisadores e agricultores, dela decorrente, tenderia a programar-se na base dessa mesma mediação. A observação induz a pensar que essa mediação não é adequada à comunicação com uma importante parcela dos agricultores familiares em cena.

Do ponto de vista da relação à atividade de produção, observa-se, primeiramente, que junto a Alair o dinheiro funciona como capital, porque, subjacente aos fatores de produção e aos produtos, existe o valor de troca. Os fatores de produção são combinados segundo certas regras técnicas, segundo um cálculo, uma avaliação em dinheiro, tendo em vista o maior lucro que pode resultar de sua utilização, levando em consideração, evidentemente, os preços esperados do mercado. Alair faz o balanço custos-resultados esperados com a venda para cada um dos diferentes produtos e escolhe aqueles que lhes trarão o maior lucro. Sua renda bruta se reparte entre bens de consumo e bens de produção. O dinheiro volta à circulação para aumentar a capacidade de produção de sua empresa.

A palavra “capital” não é estranha ao universo de Zé Mimo e ao dos outros agricultores de sua categoria. A expressão corrente entre eles sobre *criar uma condição* significa acumular um *capitalzinho*, sendo que esse *capitalzinho* corresponde a bens acumulados que têm valor no mercado. Mas esse capital em dinheiro não é o dinheiro-capital. Para que o fosse, seria necessário que ele retornasse à circulação como elemento e meio do processo mais geral de acumulação (Marx, 1967). E o que se passa com Zé Mimo? O dinheiro que deveria retornar à circulação se dilui em operações de troca por mercadorias a serem consumidas pela sua família. Ele se perde ao mesmo tempo que sua capacidade de compra se esgota (Marx, *idem*). Trata-se, portanto, de um dinheiro que é simples meio de troca entre mercadorias e se perde no consumo (Godelier, 1966).

Assim, sobre os fatores que concorrem para a produção, não há o valor de troca: o dinheiro que vai para a produção, conforme já se viu, é reduzido ao mínimo necessário ao acompanhamento do trabalho da natureza física e humana. Sua atitude é a de extrair o máximo da natureza física e humana, devolvendo-lhe o menos possível, a partir de um duplo cálculo.

Um primeiro, onde entra em jogo o “grau de auto-exploração” da família, “que é determinado por um equilíbrio singular entre o grau de satisfação das necessidades da família e o desgaste do trabalho em si mesmo” (Tchayanoff, 1972). E um segundo, onde se trata de chegar a ajuntar a maior quantidade possível de bens que têm valor no mercado, mas cuja venda é destinada à satisfação das necessidades da família e não à reprodução ampliada; na verdade, nem mesmo à reprodução simples, uma vez que se busca a reprodução da família mas não a da terra.

Os bens ajuntados nesse contexto só assumem valor de troca quando são vendidos. O impulso à atividade de produção, ligado ao valor de troca, provém mais do exterior do que da estrutura interna da produção. A troca do excedente é em grande parte indiferente a essa estrutura, contrariamente à situação onde a produção não funciona senão em ligação com a circulação (Marx, 1967); não existe intercambialidade dos produtos em razão de um “cálculo de rentabilidade comparada de investimentos diversos” (Tchayanoff, 1972). Assim, todas as avaliações em dinheiro, em qualquer balanço financeiro que seja construído a propósito desses agricultores, encerra algum artifício (Oliveira, 1994), um artifício que mais distancia do que aproxima o pesquisador da compreensão do funcionamento da agricultura praticada pelos mesmos.

Em síntese, a forma de existência dos bois de Alair e de Zé Mimo é diferente, mesmo que se apresentem na mesma substância. Eles representam processos de produção e de troca que não são os mesmos. Subjacente aos bois de Alair, há o valor de troca correspondente à produção capitalista, enquanto que subjacente aos bois de Zé Mimo, o valor de troca simples e o valor de uso.

Continuando essa análise comparativa, se o objetivo é uma reflexão sobre a política agrícola e a estratégia de intervenção adequadas a esses agricultores, deve-se lembrar que a diferença existente na relação que Alair e Zé Mimo têm com a atividade de produção e os seus produtos corresponde a histórias familiares diversas, vividas em meios econômicos e sociais também diversos. Isso explica porque, colocados numa mesma situação de frente de colonização, eles se comportam de maneira diferente. O novo para Zé Mimo é que ele se encontra, nesse final dos anos 90, inserido num outro meio que não o seu passado. Ele é livre, não vive mais isolado; sua produção se dá num meio rural-urbano de economia mercantil capitalista em crescimento e acompanhado, evidentemente, da intensificação do processo de divisão social do trabalho.

Ele esbarra, quotidianamente, em empresários familiares do tipo de Alair. O que determinava a sua produção do exterior se modificou positivamente, mas o que a determina do interior custa a se transformar, tornando seu modo de produzir ultrapassado, em descompasso com as exigências de uma produção moderna, no bojo da qual ele figura numa posição de grande fragilidade. Seu sucesso até aqui é o resultado de um conjunto de circunstâncias favoráveis, mas seu destino continua problemático, da mesma maneira que o dos filhos educados na sua escola e que continuam, como ele, dependendo ao mesmo tempo dos caprichos da natureza, da saúde da família e dos acasos do mercado. A questão da mudança de sua maneira de produzir é a da passagem de uma forma de exploração extensiva, próxima da coleta, a uma exploração intensiva mercantil capitalista... no curto espaço do tempo devastador da fronteira...o que permite voltar ao ponto de partida da presente reflexão: o caráter problemático da política da renda do LASAT e das proposições sobre os "recursos e conhecimentos" da EMBRAPA.

Alair está em sincronia com esse mundo novo: a progressão da tecnologia combinada com o emprego do dinheiro num processo capitalista de produção faz parte de seu universo quotidiano. Ele tem um distanciamento em relação à substância de todos os elementos do mundo material que lhe permite considerar apenas o valor de troca que eles representam. É do exterior que podem surgir os limites ao desenvolvimento de sua empresa, não da estrutura interna de sua produção. Junto a Zé Mimo, essa combinação e esse afastamento não existem. Sua relação aos elementos do universo material é em grande parte personalizada: o arroz produzido em família, para o consumo da mesma, tem um sabor diferente do arroz comprado; ele conhece cada animal e até mesmo o cheiro de suas vacas e de seus bois, conforme costuma dizer. O valor de troca está ainda fortemente ligado à substância do produto; todo o universo material que o cerca está impregnado dos esforços das pessoas viventes da sua família, produzindo mais numa relação com a natureza do que numa relação com a sociedade. Para que ele passe a pertencer ao mundo que o circunda, não se trata simplesmente de produzir mais, mas de produzir de outra maneira, com finalidades econômicas e sociais diferentes. Concebe-se, sem dificuldade, que o papel dos agentes de intervenção não apenas é fundamental como não poderia se reduzir à proposição abrupta de créditos e novas tecnologias.

Conclusão

Sem querer entrar na complexidade de uma estratégia de passagem de um universo ao outro e de uma prática à outra, acredita-se poder avançar alguns elementos de análise úteis à sua abordagem.

Não deveria necessitar nenhuma explicação detalhada, que o agente de intervenção deve entrar no universo de Zé Mimo para tornar possível sua transformação. É partindo de sua maneira de produzir que se poderá iniciar um movimento de transformação em direção a uma outra maneira de produzir. Os agrônomos sabem que as margens de melhoria dos diferentes componentes de sua atividade de produção são muito grandes, mesmo sem recorrer – ou recorrendo muito pouco – a investimentos em dinheiro. Conselhos técnicos a propósito da roça, dos pequenos animais, do pasto e do gado produzirão melhorias significativas no auto-consumo da família e nos recursos em dinheiro. É através desse crescimento em continuidade com seu saber acumulado, inscrito em seu corpo e seus nervos, que surgirão, para ele, as vantagens de entrar na produção mercantil propriamente dita. Essa maiêutica repousa, a curto prazo, essencialmente sobre os talentos de comunicação do agente de intervenção. Sua simples disposição de espírito de partir da maneira de produzir do agricultor – e do universo que ela exprime – encerra virtudes inestimáveis. Zé Mimo produziu, no decorrer de seu itinerário, no isolamento e na dependência. Sua maneira de se apropriar da natureza, mais através de uma relação consigo mesmo e com sua família do que de uma relação com a sociedade, fez dele mais uma pessoa vivente do que um indivíduo determinado pela troca, como Alair.

Ora, a uma certa maneira de produzir corresponde uma certa forma de existência da pessoa, e das relações entre as pessoas: “enquanto o valor de troca não tem muita força social e está ligado à substância do produto direto do trabalho, assim como às necessidades imediatas dos agentes da troca, a comunidade que liga os indivíduos entre si é forte”, diz Marx, adentrando a análise de diferentes tipos de relações sociais, de acordo com a qual é possível afirmar que, no contexto do caso de Zé Mimo, se está diante de relações de tipo patriarcal (Marx, *idem*).

Entretanto, Zé Mimo se encontra imerso num mundo moderno com o qual ele se depara quotidianamente: os agricultores de mercado que o cercam e a cidade. Todas essas determinações fazem com que ele viva seu saber, sua condição, isso que ele é, como uma inferioridade pessoal. Isso se torna evidente para todos que conseguem ser atentos ao jogo de palavras e de gestos que se manifesta já nos primeiros contatos com esse tipo de agricultor.

Ele se declara *ignorante, sem instrução, bicho do mato*, colocando-se imediatamente numa posição de dependência pessoal. Tais observações ajudam a compreender o que significa, para o agente de intervenção, abordar esses agricultores a partir de sua maneira de produzir e do universo que se manifesta nela. É desse estado de espírito que pode resultar o reconhecimento – e, em troca, a *consideração* do agricultor pelo agente de intervenção – que estabelece uma mediação pessoal de primeira importância no trabalho de mudança ensejado. Diferentemente, nada disso se coloca junto a Alair, que partilha com o técnico a mesma relação ao universo material, tornando possível uma relação imediatamente de igualdade, entre indivíduos (e não pessoas) Um contexto no qual as relações pessoais pertencem estritamente à esfera privada e não necessitam ser levadas em consideração pelos agentes de intervenção.

Nos limites da comparação entre esses dois agricultores, Alair representa uma minoria que avança conquistando terras, enquanto Zé Mimo representa uma maioria ameaçada de exclusão dessas mesmas terras. Nessa maioria ele faz figura do agricultor bem sucedido. Na Consulta ele ocuparia o ápice de uma tipologia construída sobre esse tipo de produtor, na qual os escalões inferiores seriam ocupados por agricultores em piores condições que não conseguem, muitas vezes, sequer *cobrir as despesas* e que já não acalentam qualquer expectativa de desenvolvimento: *crescer..., nem pensar*. Ora, é para essa maioria potencialmente perdedora que a mudança na maneira de produzir se torna vital. E é para ela que a estratégia acima esboçada se impõe como necessária, de modo a substituir o objetivo da especialização contido nos documentos analisados por ações diversificadas em razão dos diferentes sistemas de produção praticados por esses agricultores de auto-reprodução familiar.

Finalmente, é lugar comum entre agentes de intervenção – pesquisadores, sindicalistas e demais lideranças – que os programas de desenvolvimento não se podem realizar senão através da organização dos agricultores familiares. Uma proposição que ganha nova substância à luz dessas análises a propósito das diferentes formas de existência social dos mesmos, quando menos, no que se refere à maior compreensão da presença de agricultores, como Zé Mimo, no seio dessas organizações.

A produtores do tipo Alair, corresponde a noção de pessoa jurídica, o indivíduo determinado pela troca, igual e livre, sobre o qual são construídas as organizações dos agricultores, democráticas por definição. Teoricamente, esse tipo é o “sócio” das mesmas. Diferentemente, os produtores como Zé Mimo não existem ainda plenamente como pessoas jurídicas, mas como pessoas viventes, o que está em estreita ligação com sua forma de produzir.

Enquanto pessoa vivente, Zé Mimo se comunica com os outros sob a base de relações pessoais, o que é importante para entender sua inserção nas organizações, relações pessoais que são a matriz das relações paternalistas e clientelistas que vêm ameaçando, historicamente, o funcionamento dessas organizações (D'Incao, 1997), pervertendo, por definição, as relações democráticas formalmente inscritas nas mesmas. De tal modo que não se pode deixar de ver o papel essencial que os agentes de intervenção, no sentido mais abrangente do termo, devem assumir também no que diz respeito a essa questão. É sobre eles que vai recair a tarefa primordial de conduzir os debates das questões técnicas, econômicas e financeiras, de modo a transformá-los em espaço da emergência dessas pessoas viventes em pessoas jurídicas; isto é, em espaço do encontro entre indivíduos iguais e livres diante de uma lei comum ou democrática: a lei da organização à qual eles pertencem (D'Incao e Roy, 1995). Não é possível pensar a mobilização desses agricultores fora da emergência dessa maioria enquanto membros ou sócios de suas organizações. E é igualmente impossível pensar o futuro da agricultura familiar por um outro caminho.

Referências bibliográficas

- D'INCAO, M.C. Clientelismo e democracia nas organizações dos agricultores familiares da microrregião de Marabá. A Associação dos Pequenos Agricultores da Consulta. *Agricultura Familiar. Pesquisa, Formação e Desenvolvimento*, Belém, PA, UFPA/CAP/NEAF, V. 1, N.2, p.113-139. 2000.
- D'INCAO, M.C. A construção de uma estratégia de desenvolvimento sustentável para a agricultura familiar na Amazônia: o Projeto Agro-Florestal no Centro Agroambiental do Tocantins. *Os dez anos do CAT*. Belém, UFPA. 25 p. 1998. (no prelo).
- D'INCAO, M.C. e ROY, G. (Prefácio, GEFFRAY, Ch.). *Nós Cidadãos: aprendendo e ensinando a democracia*. São Paulo, Paz e Terra. 1995, 277 p.
- GODELIER, M. *Rationalité et Irrationalité en Economie*. Paris, François Maspero, 1966, pp .245 e seg.
- LAMARCHE, H. (coord.) *L'Agriculture Familiale I – une réalité polymorphe*. Paris, L'Harmattan , 1991, p 13.
- MARX, K. *Fondements de la Critique de l'Economie Politique*. Paris, Anthropos , 1967, Tome I. pp 185 e seg.

- MUCHAGATA, M. *et al.* "A construção do diálogo entre pesquisadores e agricultores através da experiência do CAT (Centro Agroambiental do Tocantins) em Marabá-PA". mimeo, Symposium International Recherches-Système en Agriculture et Développement Rural. Montpellier, França. 1997.
- OLIVEIRA, M. C. C. *et al.* Análise do funcionamento de um estabelecimento agrícola familiar, na comunidade do Alto Bonito Especialização DAZ. Ciclo 1993-1994. CAP / UFPa. Marabá/PA. 1994. pp 32 e 33
- PROJETO LUMIAR . Ministério Extraordinário de Política Fundiária – INCRA. 1997.
- REYNAL , V. de. *Agricultura Familiar e desenvolvimento em frente pioneira amazônica*. Brasil / França, Ed. LASAT / CAT / GRET / UAG. 1997.
- ROY, G. A experiência do Centro Agro-Ambiental do Tocantins: o diagnóstico agro-sócio-econômico e o desencontro entre sindicalistas e pesquisadores. *CAT – Ano décimo. Etnografia de uma utopia* (Jean Hébette e Raul da Silva Navegantes, orgs.), Belém, Editora Universitaria UFPa, 2000, p.215-242..
- TCHAYANOFF, A. Pour une théorie des systèmes économiques non capitalistes (1924). Paris, Analyse et Prévision, 1972. Tome XIII-1. pp 23 e 24.
- VIEIRA, M.A. da C. A venda da terra do ponto de vista dos lavradores: a venda como estratégia. *Terra de Trabalho e Terra de Negócio*. Rio de Janeiro, CEDI, 1986. p.46 .
- VEIGA J.B. da *et al.* *A Pecuária na Fronteira Agrícola da Amazônia: o caso do Município de Uruará, PA, na Região da Transamazônica*. Belém, EMBRAPA. 1996.
- WALKER, R.T. *et al.* *As Contradições do Processo de Desenvolvimento Agrícola na Transamazônica*. Belém, EMBRAPA. 1997.